

HUMBERTO BOSCO LUSTOSA BARREIRA

Prefácios

Luiz Alberto Gurgel de Faria

Alex Sander Xavier Pires

Apresentação

Adriano Sant'Ana Pedra

O VOLUNTARISMO JUDICIAL
E A SUPREMACIA DO
PARLAMENTO

ASPECTOS GERAIS E VISÃO
BRASILEIRA E PORTUGUESA

**O VOLUNTARISMO JUDICIAL
E A SUPREMACIA DO PARLAMENTO**

Aspectos Gerais e Visão Brasileira e Portuguesa

HUMBERTO BOSCO LUSTOSA BARREIRA

Prefácios Luiz Alberto Gurgel de Faria / Alex Sander Xavier Pires
Apresentação Adriano Sant'Ana Pedra

FORUM

O ativismo judicial pode afetar a autoridade do parlamento, e essa é uma preocupação não só do Brasil, como também de Portugal e de outras partes do mundo, dado que a desconsideração do direito positivado, suprimindo a omissão legislativa ou mesmo a de governo, tende a obrigar a atuação estatal.

O livro aborda, entre outros, que essa preocupação deve ser democraticamente dividida, na medida em que se espera que todo o povo receba uma educação de qualidade – a ponto de poder exercer o mais elevado papel da cidadania, com a exata consciência do papel socioeconômico do Estado – tendo a dimensão adequada de suas obrigações e potencialidades, em razão de sua capacidade de arrecadação tributária e de como as opções eleitas são traduzidas no orçamento público.

Também se registra que a aferição do contraste entre o voluntarismo judicial e a teoria da supremacia do parlamento perpassa pela análise da representação popular e do exercício da função legiferante pelos representantes, os quais, dentre outras atribuições, devem debater e exercer o controle da formulação das políticas públicas.

De fato, o momento pelo qual passa o judiciário é bastante peculiar e é notabilizado pela crescente judicialização das políticas públicas, de maneira que não só a efetividade, mas a estabilidade e a segurança jurídica de suas decisões, muito provavelmente, sejam as principais e mais desejáveis expectativas da sociedade para com suas manifestações.

Área específica

DIREITO CONSTITUCIONAL

Áreas afins

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Público-alvo/consumidores

Advogados, Procuradores, Juízes, Defensores,
Membros do Ministério Público e demais operadores
do Direito.

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm

CÓDIGO: 10002989

B271v Barreira, Humberto Bosco Lustosa

O voluntarismo judicial e a supremacia do Parlamento: aspectos gerais e visão brasileira e portuguesa / Humberto Bosco Lustosa Barreira.– Belo Horizonte : Fórum, 2021.

255 p.; 14,5cm x 21,5cm.

ISBN: 978-65-5518-215-6

1. Direito Constitucional. 2. Direito Processual Civil. 3. I. Título.

CDD: 341.2

CDU: 342.7

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BARREIRA, Humberto Bosco Lustosa. *O voluntarismo judicial e a supremacia do Parlamento: aspectos gerais e visão brasileira e portuguesa*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 255 p. ISBN 978-65-5518-215-6.

HUMBERTO BOSCO LUSTOSA BARREIRA

Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), Doutorando pela mesma UAL, Bacharel em Direito pelo UniCEUB, Especialista em Direito Público pelo Instituto Damásio, em Direito Privado e em Direito Processual Civil pela Universidade Gama Filho. Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	13
PREFÁCIO	
Luiz Alberto Gurgel de Faria.....	15
PREFÁCIO	
Alex Sander Xavier Pires.....	19
APRESENTAÇÃO	
Adriano Sant'Ana Pedra	23
INTRODUÇÃO	27
CAPÍTULO 1	
DIGRESSÃO CONCEITUAL OBRIGATÓRIA	31
1.1 As causas da instituição do Estado	32
1.2 Revisão das razões e causas do Estado.....	34
1.3 A soberania popular	38
1.3.1 A titularidade do direito de soberania	39
1.3.2 As duas doutrinas democráticas da soberania	42
1.3.3 A soberania compreendida na atualidade	44
1.3.4 A vontade do povo e a democracia constitucional	49
1.4 A supremacia do parlamento.....	51
1.4.1 A origem inglesa e a concepção da teoria	51
1.4.2 A experiência francesa e seus reflexos	59
1.5 A conceituação do voluntarismo judicial	66
1.5.1 (In)Suficiência da separação dos poderes.....	73
1.5.2 A experiência americana com o <i>judicial review</i>	76
1.6 Interdependência dos elementos da digressão.....	83
CAPÍTULO 2	
O VOLUNTARISMO JUDICIAL E O RESPEITO À SOBERANIA POPULAR	85
2.1 Direito à educação e a soberania popular	86
2.1.1 Aspectos caracterizadores da cidadania.....	89
2.1.2 Exercício da cidadania participativa decorrente da educação	93
2.2 Trunfos contra a maioria e direitos sociais.....	103
2.2.1 Trunfos na visão de Dworkin.....	108
2.2.2 Sopesamento dos trunfos na visão de Dworkin e Alexy.....	116
2.3 Proibição do retrocesso social e a capacidade estatal	124
2.3.1 Proteção do mínimo social.....	134
2.3.2 Possibilidade estatal	137
2.4 Síntese da legitimação da soberania popular	142
CAPÍTULO 3	
O VOLUNTARISMO JUDICIAL E A SUPREMACIA DO PARLAMENTO.....	145
3.1 Representação popular e atividade legiferante	148
3.1.1 A questão da representação.....	151
3.1.2 A função legiferante	154
3.2 Formulação de políticas públicas e monitoramento da gestão governamental.....	159
3.2.1 As políticas públicas e sua implementação.....	161
3.2.2 Breves considerações acerca do controle judicial das políticas públicas.....	172
3.3 O voluntarismo judicial frente ao juspositivismo	182
3.3.1 O positivismo jurídico (juspositivismo) e o pós-positivismo	194
3.3.2 Panorama do voluntarismo (ativismo) judicial	204
3.3.2.1 Na garantia do direito à saúde.....	205
3.3.2.2 Assegurando o direito à educação	210
3.3.2.3 No âmbito previdenciário	214
3.3.2.4 No campo partidário-eleitoral	219
3.3.2.5 De forma difusa na vida comum	223

3.4	Da mutação constitucional ante a supremacia da Constituição.....	231
3.5	As repercussões do voluntarismo judicial	237
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	241
	REFERÊNCIAS.....	249